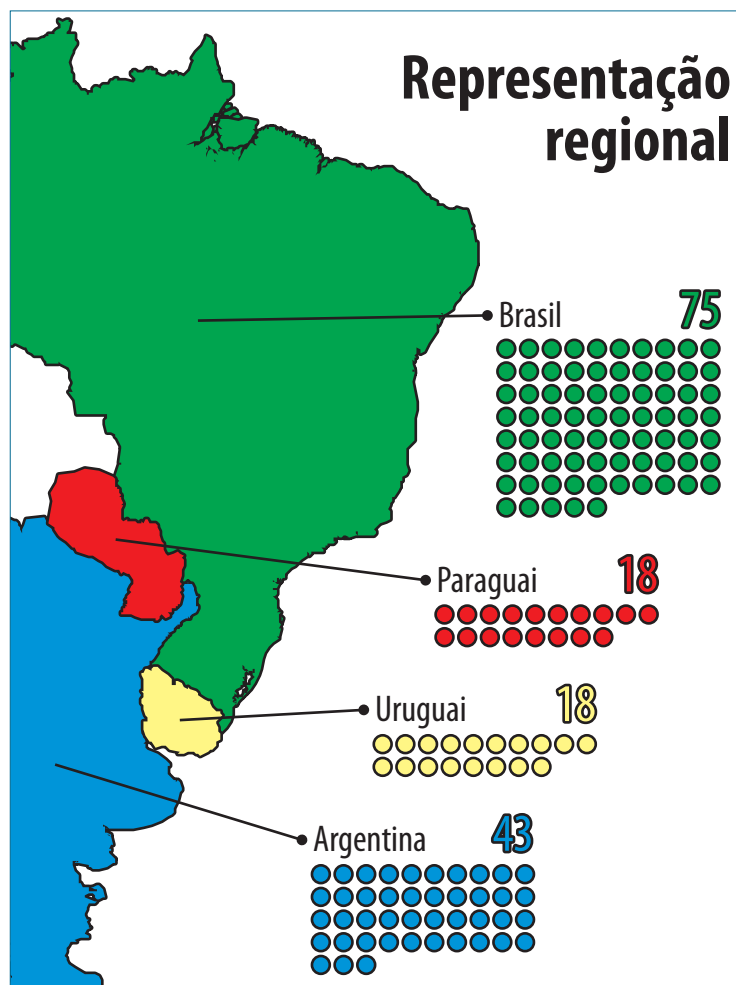


Serys mantém cota racial em universidade pública

Em relatório apresentado, na CCJ, ao projeto que modifica as formas de ingresso no ensino superior, a senadora Serys Slhessarenko manteve o ponto mais controverso da proposta: as cotas raciais. Conforme o texto, 50% das vagas nas universidades públicas serão reservadas para quem cursou o ensino médio em escola pública. Metade dessas vagas caberá a negros, pardos e indígenas. A outra metade, a alunos oriundos de famílias com renda de até um salário mínimo e meio *per capita*. **7**

Legislação ambiental e aquecimento em debate

Dois pesquisadores participam hoje de audiência pública na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas. Eles apresentarão a deputados e senadores cenários possíveis diante do aquecimento global. Amanhã, 11 comissões devem discutir, no Plenário do Senado, as áreas de proteção permanente, o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e suas implicações no agronegócio. Um dos pontos que podem ser debatidos é o Código Ambiental do estado de Santa Catarina. **5**



Moreira Mariz



Parlamentares se reúnem em Assunção: avanço nos entendimentos

Acordo sobre o peso de cada país no Parlasul

Plenário deve votar hoje proposta aprovada ontem pela Mesa diretora do Parlamento do bloco regional

O Parlamento do Mercosul deverá encaminhar aos presidentes dos países que integram o bloco as propostas sobre a criação do Tribunal de Justiça do bloco e o critério de representatividade para as futuras eleições parlamentares. O acordo firmado ontem estabelece que Paraguai e Uruguai manterão as bancadas atuais de 18 representantes cada um; a Argentina terá 43 parlamentares e o Brasil, 75. O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante, ressaltou que o estabelecimento do critério de representatividade e a criação do tribunal terão de passar por amplo debate em cada um dos países do bloco. A decisão final caberá aos presidentes da República, que se reunirão no Paraguai em 4 de junho. **8**

Comissão ouve senadora colombiana em audiência

A Comissão de Relações Exteriores realiza amanhã audiência com a senadora colombiana Piedad Córdoba – que lidera campanha mundial em favor de um acordo com os guerrilheiros da Colômbia – sobre a participação do Brasil em missão humanitária naquele país. **8**

Congresso promove evento sobre a Antártica

De 5 a 8 de maio, o Congresso promoverá a 2ª Semana do Continente Antártico, com palestras, lançamento de livros e exposição. O evento é uma iniciativa das comissões de Meio Ambiente do Senado e da Câmara e da Frente Parlamentar ProAntar. **8**

Congresso decide hoje sobre vetos do Executivo

O Congresso examina hoje vetos do presidente da República a projetos de lei aprovados por Câmara e Senado. A pauta é composta por 149 matérias. São 1.158 dispositivos vetados: 40 totais e 1.118 parciais. O projeto mais antigo é de 1991. **4 e 5**



Item mais polêmico da pauta refere-se a dispositivo que garantia, em 2006, reajuste de 16,67% às aposentadorias

José Cruz

Procurador deve falar hoje a comissão sobre investigações que apontaram falhas na prestação de contas, por entidade, de R\$ 2 milhões recebidos do governo

CPI das ONGs apura denúncia contra a Fundação Renascer

AS DENÚNCIAS DE desvio de recursos públicos pela Fundação Renascer, vinculada à igreja do mesmo nome, serão o tema do depoimento que o procurador da República Sergio Gardenghi Suiama deverá fazer hoje na CPI das Organizações Não Governamentais (ONGs).

O procurador participou das investigações que apontaram falhas na prestação de contas da fundação quanto ao uso de quase R\$ 2 milhões, recebidos

por meio do Programa Brasil Alfabetizado (do governo federal) com o objetivo de capacitar professores e alfabetizar jovens e adultos.

Como decorrência das investigações, o Ministério Público Federal em São Paulo, no qual Sergio Gardenghi Suiama trabalha, e a Advocacia Geral da União ajuizaram no ano passado uma ação civil pública para que esses recursos, repassados entre 2003 e 2004, sejam devolvidos.

O requerimento para a realização do depoimento foi apresentado em 2008 pelo senador Sibá Machado, suplente da senadora Marina Silva (PT-AC), à época licenciada. A CPI das ONGs é presidida pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI) e tem como relator Inácio Arruda (PCdoB-CE).

A reunião da CPI, que deverá ter início às 14h30, será realizada na sala 2 da Ala Nilo Coelho do Senado.

Senado abre duas sindicâncias contra ex-diretor

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), informou ontem, por meio de sua assessoria, que a Casa abriu duas sindicâncias para apurar o suposto envolvimento do ex-diretor de Recursos Humanos da Casa, João Carlos Zoghbi, em duas irregularidades denunciadas pela imprensa.

O primeiro processo trata de denúncias divulgadas pela revista *Época*, segundo as quais Zoghbi teria recebido recursos de uma instituição financeira privada para que fosse incluída entre os bancos que oferecem empréstimos consignados aos servidores do Senado. A segunda sindicância apurará se parentes de Zoghbi teriam ocupado irregularmente um apartamento funcional do Senado, em Brasília.

O prazo de encerramento das sindicâncias é de 30 dias, prorrogáveis pelo mesmo período. Caso o ex-diretor seja considerado culpado, poderá sofrer processo administrativo. Se ao longo dos processos forem identificados crimes, o servidor também ficará passível de denúncia por parte do Ministério Público.

As sindicâncias foram instauradas pelas portarias 31/09 e 32/09, assinadas pelo diretor-



Heráclito Fortes recorreu à assessoria para informar sobre apuração de denúncias

geral da Casa, José Alexandre Gazineo. Na primeira, Gazineo designa os servidores José Expedito de Andrade Fontes, Dirceu Teixeira Matos e Edvaldo Dias da Silva para investigarem fatos noticiados pela *Época*. Pela segunda portaria, caberá aos servidores Aloysio Novais Teixeira, Carlos Alberto Campos Marques e Ricardo Bandeira dos Santos avaliarem a denúncia de uso indevido de apartamento funcional, divulgada pelo jornal *Correio Braziliense*.

Crédito

A revista *Época*, em sua última edição, afirma que o Banco Cruzeiro do Sul, uma das instituições que operam a concessão

de crédito consignado a servidores do Senado, enfrentou, em 2007, complicada negociação para renovar seu contrato com a Casa. Foi aí que o banco teria contratado a empresa Contact, constituída em nome de Maria Izabel Gomes, uma senhora de 83 anos, ex-babá de Zoghbi e registrada como sócia majoritária do empreendimento, que teria como incumbência prestar assessoria de crédito.

Na reportagem, o próprio Zoghbi afirma que a empresa, assim como outras duas – DMZ Consultoria Empresarial e DMZ Corretora de Seguros –, pertencem a seus filhos. “Como é proibido a servidores públicos ser donos de empresas que negociam com órgãos públicos, eles registraram as empresas em nome da minha mãe-preta (dona Maria Izabel)”, teria dito Zoghbi à revista.

De acordo com a Lei 8.112/90, que rege o funcionalismo público, o processo de sindicância (artigo 145) poderá resultar em arquivamento, aplicação de penalidade – advertência ou suspensão por até 30 dias – ou instauração de processo disciplinar, se o ilícito ensejar penas mais rígidas.

Corregedor poderá ouvir nesta quinta ex-assessor parlamentar

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), poderá ouvir nesta quinta-feira, às 10h, o ex-assessor parlamentar Marcos Vinícius Moreira Andrade, que acusou de mau uso de verbas públicas e corrupção o senador Gerson Camata (PMDB-ES), a quem assessorou por 19 anos. Marcos Vinícius mora em Vitória, e foi convidado a vir a Brasília pelo corregedor para confirmar e comprovar as denúncias.

O convite foi encaminhado por meio de ofício, na sexta-feira, e baseou-se em matéria publicada no jornal *O Globo*, mas a investigação foi solicitada pelo próprio Camata ao corregedor. Segundo Tuma, Camata o procurou para dizer que tinha provas materiais de

sua inocência e que gostaria de ver as denúncias apuradas.

A primeira defesa de Camata foi feita em discurso no Plenário do Senado no dia 20. Ele afirmou que todas as acusações são falsas e apresentou da tribuna documentos como recibos de depósitos bancários e anotações da agenda de sua secretária.

“Durante todo esse tempo [em que Marcos Vinícius foi seu assessor] eu fui um homem direito, correto. E de repente ele foi instrumentado por alguém para assacar contra a minha honra”, disse Camata.

Conforme Tuma, embora o parlamentar tenha pedido a investigação, só poderá entregar documentos à Corregedoria depois que a acusação for formalizada. Camata também só



Tuma (foto) diz que Camata foi quem pediu a investigação

será ouvido após o depoimento do ex-assessor.

O corregedor do Senado explicou que, do ponto de vista administrativo, não caberão sanções a Vinícius, caso as denúncias não estejam fundamentadas. Isto porque o acusador não é mais funcionário da instituição. Caso as denúncias tenham fundamento, Tuma encaminhará o resultado de suas apurações à Mesa do Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

No Senado, MPs. Às 19h, Congresso analisa vetos

A pauta da sessão deliberativa, às 14h, está trancada por seis medidas provisórias, entre elas as MPs 449, 450 e 451, que mudam a legislação tributária para amenizar a crise financeira.

Às 19h, o Congresso Nacional se reúne em sessão conjunta para apreciar vetos presidenciais.



Presidente do Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 10h o desembargador Charif Oscar Abrão; às 11h, o juiz federal Ney Bello Filho; às 11h30, o prefeito de Brodowski (SP), Alfredo Amador Tonello; e

às 12h, o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Pimentel Slaviero. Às 16h preside a ordem do dia e às 19h preside sessão conjunta do Congresso Nacional.

CRA examina compra de terras

A partir das 15h, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa nove proposições. O primeiro item em pauta é o substitutivo ao projeto que altera a Constituição federal para permitir ao governo federal pagar em dinheiro pela compra de terras para fins de reforma agrária. A matéria será votada em turno suplementar.

Promotor comparece à CPI das ONGs

Às 14h30, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs realiza audiência pública para ouvir o promotor Sérgio Gardenghi Suyama.

Ministro fala à CCJ sobre operação da PF

O ministro da Justiça, Tarso Genro, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, comparecem a audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h, para falar sobre a Operação Castelo de Areia, da PF.

CE ouve Fernando Haddad

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza, às 10h, audiência pública para ouvir o ministro da Educação, Fernando Haddad, a respeito das políticas, programas e projetos a serem implantados pelo ministério em 2009.

Audiência pública com Minc e Cassel

As comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realizam, às 9h30, audiência pública conjunta sobre a medida provisória que trata da regularização fundiária das ocupações em terras da União localizadas na Amazônia Legal. Os ministros de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger; do Meio Ambiente, Carlos Minc; e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, estão entre os convidados.

CAE: transferências voluntárias da União

Estão na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, 22 itens. O primeiro projeto a ser analisado altera o Estatuto das Cidades, reduzindo a contrapartida financeira nas transferências voluntárias da União a municípios. A proposta determina que, para a concessão do benefício, os recursos deverão ser aplicados em programas habitacionais de interesse social ou em projetos de saneamento básico. Outra proposta regulamenta as atividades de fomento mercantil (empresas de *factoring*).

Especialistas debatem mudanças climáticas

Uma audiência pública para debater os cenários possíveis diante das perspectivas de aquecimento global será realizada, às 14h30, pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com os pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Carlos Afonso Nobre e Telma Kruggfer. A comissão também irá tratar da agenda para 2009.

Cristovam Buarque alerta para divórcio crescente entre políticos e o povo; Marco Maciel pede rápida reforma do sistema eleitoral brasileiro

Senador afirma que gastos equivocados atingem todos os Poderes da República, gerando revolta na sociedade



Foto de Wladimir Rodrigues

Cristovam cobra mudança de atitude da classe política

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) voltou a defender uma mudança radical de comportamento da classe política, de modo a sintonizá-la com as necessidades do país. No entender do senador, a corrupção, o gasto equivocado dos recursos públicos e a omissão dos governantes, aí incluídos os três Poderes, levaram a divorciá-la do povo.

Para dar uma ideia de como anda baixo o conceito dos políticos, o senador descreveu cena que observou neste fim de semana em aeroporto brasileiro: uma senhora lia a revista *Veja* desta semana, cuja capa sugere à população que dê descarga nos políticos.

– Eu não a escutei falar, mas dentro da minha cabeça o que eu ouvi, sem ela dizer, foi: “São todos ladrões”. Essa foi a sensação que eu tive – disse Cristovam Buarque, observando que estava em trânsito para um dos inúmeros compromissos de agenda e até pensou em desistir da viagem, abatido pelo desânimo e pelo cansaço.

O parlamentar, entretanto, manteve sua agenda, da qual constava uma palestra para prefeitos e professores sobre saúde, no interior da Bahia. Contou ter saído dali revigorado pelo eco que encontrou a suas propostas e pela convicção de que o Brasil precisa de “revoluções”.

Ele recordou à audiência suas propostas de democratização e melhoria do ensino. Uma delas é a de que os políticos sejam obrigados a matricular seus filhos em escolas públicas, forçando a recuperação dessas instituições. Cristovam assinalou em seu discurso que não há como negar a existência de “mordomias” no setor público e até no setor privado – neste último segmento as mordomias seriam pagas com recursos de descontos no Imposto de Renda.

Para Marco Maciel, legislação eleitoral brasileira não pode ser construída a partir de dicotomias que não reflitam a realidade



Foto de Geraldo Magela

Maciel defende mais clareza na reforma do sistema eleitoral

PREOCUPADO COM AS dificuldades que cercam a prática política no país, o senador Marco Maciel (DEM-PE) chamou ontem a atenção para uma série de fatores que, em sua avaliação, seriam essenciais para uma reforma eleitoral, com destaque para a questão do financiamento de campanhas. De acordo com o parlamentar, um consenso prévio, acordado pelos partidos que constituem a maioria nas duas Casas do Congresso, seria o passo imprescindível para viabilizar quaisquer mudanças no sistema eleitoral.

Marco Maciel alertou ainda para a importância de, no processo da reforma eleitoral, não se “misturarem em pacotes” medidas dicotômicas que, em vez de arejar a vida política, podem se transformar em um texto legal incompatível com a pluralidade que se verifica no país.

– Além de antidemocráticas [medidas dicotômicas], elas podem resultar em camisas-de-força. É o caso, por exemplo, de se impor financiamento público ou financiamento privado para viabilizar as eleições no segundo maior eleitorado do mundo ocidental. A alternativa é que os partidos políticos possam, como nos Estados Unidos, escolher livremente o sistema que preferem: ou o público que exclui o privado, ou o privado que exclui o público – disse.

No início de seu pronunciamento, o senador, buscando afastar frequentes confusões, delimitou os conceitos de reforma política e reforma eleitoral. Enquanto a primeira, segundo ele, diz respeito a mudanças, por exemplo, nas formas de Estado (unitário, federado ou misto) ou nas formas de governo (presidencialista, parlamentarista ou misto), a reforma eleitoral se refere a eleições, partidos políticos e inelegibilidades.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) parabenizou Maciel pelo pronunciamento.

Papaléo Paes quer aprovação de projeto que controla ONGs

A aprovação do projeto de sua autoria que disciplina a instituição, o funcionamento e o controle das organizações não governamentais (ONGs) foi defendida ontem pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP). A proposta (PLS 272/08) está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador lamentou a falta de controle sobre ONGs na região Norte, onde algumas delas realizam pesquisa geológica em terras indígenas, inclusive com exploração dos índios. Também lamentou que “inúmeras organizações pratiquem a biopirataria”. Apesar disso, Papaléo assinalou a importância das ONGs na sociedade e informou que, somente em 2005, elas movimentaram 5% do PIB brasileiro, gerando 1,7 milhão de empregos.

Em seu pronunciamento, o senador do Amapá citou reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* segundo a qual o fim dos mutirões médicos para a realização de cirurgias de catarata está resultando no aumento do número de cegos no país.



Foto de Geraldo Magela

Papaléo diz ainda que fim de mutirões aumenta casos de cegueira

Efraim: desabrigado pelas chuvas deve ter prioridade em programa

O programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida*, lançado pelo governo federal, pode ser um instrumento para auxiliar os municípios onde há enchentes, defendeu Efraim Morais (DEM-PB). O senador pediu mais ação dos governos federal e estadual no auxílio aos desabrigados em decorrência das chuvas que atingem a Paraíba.

Efraim disse que famílias inteiras perderam tudo – casas, móveis e alimentos. Ele pediu que as localidades atingidas tenham prioridade para a implantação do programa, salientando que a situação se complica à medida que as chuvas aumentam. O senador lembrou ainda os problemas causados pelas cheias à infraestrutura, com a destruição de pontes e estradas e o transbordamento de açudes, e anunciou que procurará o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, para conversar sobre o assunto.

O senador pediu a aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos, de projeto de sua autoria (PLS 421/07) que concede isenção total do Imposto de Renda Pessoa Física aos rendimentos de aposentadoria e pensão para maiores de 70 anos.



Foto de Geraldo Magela

Efraim pede ação do governo em auxílio das localidades afetadas

Senador quer debater com ministro da Saúde medidas que o governo brasileiro pretende adotar contra o avanço de doença que já provocou mais de cem mortes no México

Paim propõe audiência com Temporão sobre gripe suína

DIANTE DAS RECENTES notícias sobre o avanço da gripe suína, Paulo Paim (PT-RS) sugeriu a realização de audiência pública com a participação do ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

O senador propôs que a audiência seja realizada pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – para que sejam debatidas as medidas que

o governo brasileiro já adotou ou pretende adotar sobre o assunto.

Paim comentou a matéria “Governos mundiais articulam combate à gripe suína”, da Agência Estado, segundo a qual mais de cem mortes já foram confirmadas no México, epicentro dos casos de gripe suína. De acordo com a matéria, o Exército mexicano já está distribuindo 6 milhões de máscaras na tentativa de interromper a disseminação do vírus H1N1.

Ainda de acordo com a matéria, disse Paim, já foram confirmados casos de gripe suína nos Estados Unidos, no Canadá e Espanha. A lista de países que já começaram a tomar providências específicas contra a disseminação da gripe suína é mais extensa: México, Estados Unidos, Canadá, Espanha, China, Rússia, Taiwan, Itália, Polônia, Venezuela, Cingapura, Tailândia, Japão, Indonésia, Coreia do Sul, Filipinas, Malásia e Brasil.

Serys apresenta projetos em defesa do trabalhador doméstico

No Dia Nacional da Empregada Doméstica, comemorado ontem, Serys Silhessarenko (PT-MT) anunciou a apresentação de três projetos assegurando direitos à categoria. O primeiro define o que é diarista; o segundo dispõe sobre a multa ao empregador pelo não registro na carteira de trabalho; e o terceiro altera a alíquota do INSS a ser paga pelo empregador.

– Esses projetos foram elaborados de forma conjunta com o presidente do portal Doméstica Legal, Mário Avelino, que dedica seu esforço para levar mais e mais empregadas para a legalidade. Também temos o aval da Associação Tangareense de Empregadas Domésticas para a apresentação dos projetos – afirmou Serys.

A primeira proposta (PLS 160/09) visa definir, em lei, que empregado diarista é “todo trabalhador que presta serviços no máximo duas vezes por semana para o mesmo contratante, recebendo o pagamento pelos serviços prestados no dia da diária, sem vínculo empregatício”. De acordo com o projeto, o diarista deverá apresentar ao contratante seu comprovante de contribuição ao INSS como autônomo, ou como contribuinte funcional.

Já o PLS 159/09 estipula multa entre R\$ 1 mil e R\$ 10 mil, dependendo da gravidade, para quem infringir a Lei 5.859/72, que trata da profissão de empregado doméstico, e destina o valor das multas aplicadas pela

Justiça do Trabalho ao próprio trabalhador prejudicado.

A terceira proposta (PLS 161/09) acaba com a dedução do INSS na declaração de ajuste anual do Imposto de Renda, o que hoje beneficia apenas os empregadores que declaram seu imposto pelo modelo completo. Em vez disso, reduz de 12% para 6% a parcela paga pelo empregador doméstico, estendendo a vantagem para todos os que mantêm seus empregados domésticos de forma legalizada.

– Faço aqui a oferta do meu espaço de atuação, da minha sede de justiça e do mandato parlamentar que me foi confiado pelo povo de Mato Grosso em prol da luta política das empregadas domésticas. Que os seus problemas sejam os meus problemas; a sua causa, a minha causa; a sua vida, também a minha – declarou Serys.

Dependências

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou iniciativas de sua autoria em benefício da categoria, como um projeto que define regras arquitetônicas para a construção de dependências de empregadas em casas e apartamentos (PLS 212/08), e o que amplia o desconto no pagamento do INSS para os empregadores que incentivarem suas empregadas domésticas a estudar (PLS 254/08). Já Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou a ex-senadora Benedita da Silva por ter lutado no Congresso em prol dos empregados domésticos.



João Ribeiro comemora medidas que visam reduzir burocracia no Tocantins

João Ribeiro elogia Caixa por rodízio de superintendentes

Ao parabenizar a presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, pela decisão de promover um rodízio entre os superintendentes da instituição nas 27 unidades federativas do país, João Ribeiro (PR-TO) elogiou o novo superintendente no seu estado, Raimundo Nonato Frota, sobretudo pela promessa de acabar com a burocracia na liberação dos recursos de programas federais para as prefeituras.

– O doutor Frota disse que quer apenas 12 dias para aprovar qualquer projeto que entrar na superintendência da Caixa no Tocantins. Aqui em Brasília trabalhamos muito para aprovar uma emenda individual para uma prefeitura e é lamentável quando a burocracia impede que os R\$ 200 mil ou R\$ 300 mil, que é uma quantia pequena, cheguem ao seu destino e se transformem em uma obra importante para o povo daquela cidade – afirmou o senador.



Plenário analisará MP que autoriza União a emprestar R\$ 100 bilhões ao BNDES

Seis medidas provisórias trancam pauta de votação

O Senado recebeu ontem mais três projetos de lei de conversão (PLV) oriundos de medidas provisórias modificadas pela Câmara dos Deputados. Agora, são seis as propostas que trancam a pauta de votações, pois as medidas provisórias originais foram assinadas pelo presidente da República há mais de 45 dias. Os três projetos que já trancavam a pauta do Plenário são o PLV 2/09 (da MP 449/08), PLV 3/09 (MP 450/08) e PLV 4/09 (MP 451/08).

Entre as novas matérias, encontra-se o PLV 5/09, originado da Medida Provisória 452/08, que autorizou o Tesouro Nacional a emitir R\$ 14,2 bilhões para compor o Fundo Soberano do Brasil. O fundo foi criado no ano passado, mas o Congresso não aprovou à época o crédito suplementar para viabilizá-lo.

Durante a votação dessa MP na Câmara, os deputados aprovaram uma emenda do relator, deputado José Guimarães

(PT-CE), que dispensa a licença ambiental para novas obras em rodovias já existentes, como o asfaltamento de estradas. No caso de novas rodovias, os órgãos ambientais terão 60 dias para emitir, ou rejeitar, a licença.

Já o PLV 6/09, proveniente da MP 453/08, autoriza a União a emprestar R\$ 100 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aumentar a capacidade da instituição de financiar projetos de longo prazo.

O terceiro projeto é o PLV 7/09, oriundo da MP 454/08, que viabiliza a transferência de terras da União para o estado de Roraima e flexibiliza as restrições a que está sujeito o estado no uso dessas terras. A Lei 10.304/01 já havia autorizado a transferência das terras, mas a operação não pôde ser finalizada porque faltava o detalhamento das áreas que permaneceriam com a União.

Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados pode acabar

Projeto do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) que propõe a extinção do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged) pode ser votado quinta-feira na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. A proposta visa desburocratizar procedimentos e reduzir custos das empresas e do governo federal.

Para Garibaldi, o cadastro é burocrático e repete dados que já constam das guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de Informações à Previdência Social (GFIP). O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou parecer favorável ao projeto (PLS 463/07).

A CAS também examinará proposta (PLS 79/08) do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) que incentiva a exportação de produtos da agroindústria por meio da desoneração dos tributos. Segundo o texto, ficarão isentas da contribuição previdenciária operações de comércio entre agroindústrias e empresas exportadoras quando o destino final for a exportação.

Da pauta consta ainda proposta (PLS 301/08) do senador César Borges (PR-BA) para aumentar a rentabilidade dos recursos aplicados no FGTS, além de projeto (PLC 122/08) que obriga a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Silhessarenko • Mão Santa • Papaléo Paes • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Rosalba defende derrubada de veto a reajuste de aposentados

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defendeu da tribuna a derrubada do veto à emenda de Paulo Paim à Medida Provisória (MP) 288/06, que estendia aos aposentados a Previdência Social o reajuste de 16,67% concedido ao salário mínimo em 2006. A matéria está na pauta da sessão que o Congresso Nacional realiza hoje, às 19h.

Relatando encontro no fim de semana com representantes de aposentados em seu estado, Rosalba considerou essa sessão conjunta uma excelente oportunidade de o Congresso fazer-se respeitado perante a opinião pública, derrubando o veto feito por Lula.

– Eu não entendo por que tirar dos aposentados. Meu Deus do céu! Se eles recebem o justo, o que têm direito, eles vão ajudar a sustentar melhor a sua família – disse a senadora.



Rosalba diz estranhar o fato de Lula não ter aceitado a emenda de Paim

Rosalba comemorou, no mesmo discurso, o enchimento de barragens pelas abundantes chuvas no Rio Grande do Norte. Ela cobrou do governo federal mais recursos para implementação de projetos de irrigação, piscicultura e turismo nas cercanias das represas. Em apertes, Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Efraim Morais (DEM-PB) apoiaram o pronunciamento.

Mão Santa: “Lula foi guiado por aloprados” ao vetar a emenda

“Que os parlamentares tenham a coragem, amanhã [hoje], de derrubar tal item.” A afirmação foi feita ontem pelo senador Mão Santa (PMDB-PI) ao defender a rejeição do veto do presidente da República à emenda que estendia aos aposentados da Previdência o reajuste de 16,67% concedido, em 2006, ao salário mínimo.

Ao argumentar que a rejeição é necessária, Mão Santa lembrou que a renda da aposentadoria é fundamental para muitas famílias do país, pois “junto com o idoso vivem, muitas vezes, seus filhos e netos”.

– Ele [Lula] vai ficar satisfeito [com a derrubada], já que só fez aquilo [o veto] porque foi guiado na ocasião por alguns aloprados – disse.

O senador voltou a pedir ao governo a adoção de medidas na área de segurança. Ele afir-



Mão Santa afirma que presidente ficará satisfeito com derrubada

mou que o Brasil “vive uma situação de barbárie” e citou informação, que estaria contida em livro de Pedro Simon (PMDB-RS), de que são assassinadas no país cerca de 50 mil pessoas por ano.

Mão Santa declarou que, em vez de se ocupar da campanha à eleição presidencial de 2010, Lula deveria adotar medidas contra a violência.

Rejeição vai tirar milhares da miséria, declara Mário Couto



Mário Couto lembra que país emprestou dólares ao FMI

Mário Couto (PSDB-PA) também instou os congressistas a rejeitarem o veto à emenda que visava beneficiar os aposentados da Previdência Social. “Derrubar o veto vai tirar milhares e milhares de aposentados da miséria”, declarou.

Segundo o senador, a votação de hoje representa uma “rara oportunidade de mostrar à nação brasileira o quanto os

parlamentares defendem a sociedade”.

De acordo com Mário Couto, é inadmissível que todo ano o salário mínimo seja reajustado em 10% ou 12%, enquanto as aposentadorias têm metade do percentual. Ele contestou a justificativa de que não há recursos para a concessão do mesmo reajuste do mínimo às aposentadorias, lembrando que o Brasil emprestou recentemente “milhões de dólares” ao FMI e a países como Bolívia e Angola.

Mário Couto protestou pelo fato de não ocorrerem sessões para análise de vetos e demonstrou temor pelo risco de o veto ser mantido em virtude do voto secreto. Por isso, ele defendeu o fim do instituto, recebendo apoio de Paulo Paim. Marcelo Crivella, em aparte, defendeu o fim do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias.

Senadora mantém ponto mais polêmico de projeto em seu relatório entregue à Comissão de Constituição e Justiça; Demostenes pode apresentar voto em separado

Serys insiste em cotas raciais nas universidades públicas

EM NOVO RELATÓRIO entregue ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), referente ao projeto que modifica as formas de ingresso no ensino superior público, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) manteve o ponto mais controverso: as cotas raciais. A relatora recomenda a aprovação do PLC 180/08 na forma como veio da Câmara dos Deputados, com 50% das vagas nas universidades reservadas para quem cursou o ensino médio integralmente em escola pública, sendo metade dessa cota para estudantes negros, pardos e indígenas e a outra metade para alunos oriundos de famílias com renda de até um salário mínimo e meio *per capita*.

– Se a cota racial for retirada do texto, a proposta ficará desfigurada – argumentou Serys, em entrevista à Agência Senado.

O projeto, que tramitou dez anos na Câmara até ser aprovado, chegou a constar da pauta de votação da CCJ em dezembro do ano passado. Em razão das divergências em torno de seu conteúdo, os senadores optaram por fazer antes audiências públicas para ouvir a sociedade. Nos três debates, ficou também evidenciada a falta de consenso em torno do tema. Serys precisou apresentar novo relatório por-



Serys quer aprovação de projeto na forma em que veio da Câmara

que três outras propostas sobre cotas foram pensadas ao PLC 180/08 desde então. Serys rejeitou todas as três, sem nenhum aproveitamento.

Oposição

Interessado na aprovação das cotas, Paulo Paim (PT-RS) contava com a possibilidade de uma reunião, hoje, com o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), e Serys. A ideia é buscar entendimentos para manter as cotas raciais. Desde o início, no entanto, Demostenes manifestou oposição à instituição das cotas raciais – já adotadas por diversas universidades do país, por iniciativa autônoma. O senador disse que vai apresentar

um relatório em separado, em que manteria apenas o critério de acesso com base na renda familiar.

Por entender que o povo brasileiro é o resultado de ampla miscigenação, Demostenes afirma que uma lei que leve em conta diferenças étnicas tem contorno racista e, como acredita, pode dividir a sociedade. Mas Serys salienta que, se aprovada, a proposta não será fonte de racismo. “O racismo existe hoje, e é contra o negro”, observou. Conforme a senadora, mesmo entre pobres, os negros enfrentam barreiras maiores para se integrar.

Segundo o PLC 180/08, as cotas seriam implantadas tanto nas universidades públicas federais como nas estaduais. Para Serys, a medida não fere a autonomia universitária, já que acima desse princípio está a Constituição, que incorpora como um de seus valores as ações afirmativas para segmentos necessitados.

A proposta também estende o mecanismo das cotas raciais e sociais às escolas federais de ensino médio. No Senado, o texto será ainda examinado pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Educação, Cultura e Esportes (CE). Depois, seguirá a Plenário, para decisão final.

Paim cobra mais segurança para os oficiais de Justiça

Paulo Paim (PT-RS) lamentou o assassinato, na última sexta-feira, da oficial de Justiça Sandra Regina Ferreira, de São Paulo, que recebeu nove tiros de uma pessoa quando foi cumprir um mandado de busca e apreensão de uma moto, cujo pagamento estava em atraso. O senador disse que os oficiais de Justiça vêm protestando há anos pela falta de segurança, reivindicando inclusive o porte de armas.

Paim solicitou o envio de voto de pesar à família da oficial de Justiça, à Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça do Brasil e à Federação

Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça e Avaliadores Oficiais. Ele informou que a maioria desses servidores já foi vítima de violência e leu os nomes de oito deles assassinados nos últimos anos.

No mesmo discurso, Paim pediu aos membros da CCJ que aprovem o Estatuto do Motorista Profissional (PLS 271/08), de sua autoria. O projeto coloca em apenas um documento tudo que se refere à profissão.

O senador conclamou ainda os deputados e senadores a rejeitarem, na sessão do Congresso convocada para hoje, o



Paim defende a derrubada de veto de Lula a projeto sobre aposentados

veto do presidente Lula ao projeto de Lei de Conversão 18/06, que derruba um aumento de 16,67% dado aos aposentados que ganhavam em 2006 mais de um salário mínimo. O veto atingiu emenda de Paim que fora aprovada por unanimidade no Senado e na Câmara.



Crivella: Executivo deixou que a Varig “se asfixiasse, se esvaisse em sangue”

Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que é inaceitável a proposta do governo apresentada aos aposentados e pensionistas da Varig, asso-

Proposta feita pelo governo à Aerus é inaceitável, diz Crivella

ciados ao fundo de pensão Aerus. O senador lembrou que a Justiça já determinou ao governo o pagamento de R\$ 9 bilhões à Varig, como ressarcimento dos prejuízos causados pelo congelamento de preços decretado pelo então presidente da República José Sarney. O Executivo recorreu da decisão.

– O governo deixou que a Varig se asfixiasse, se esvaisse em sangue, fosse levada a uma desnutrição econômica

a ponto de ser vendida por preço vil ao capital estrangeiro. Um gesto de mediocridade política reduziu a empresa a uma grande massa falida. O governo que defendo e do qual faço parte há seis anos apresentou uma proposta, como sempre, dura para o trabalhador, sem pagar salários atrasados e sem remunerar as aposentadorias por conta do capital pago pela Varig, apenas aquele descontado do salário, e isso não é possível.

Brasil deve ter 75 parlamentares do Mercosul, mas eleição já em 2010 não está assegurada, pois critério de representatividade precisa estar sancionado até setembro. Argentina fica com 43 deputados. Paraguai e Uruguai, com 18

Bloco pode ganhar tribunal de Justiça

O debate sobre a criação de um Tribunal de Justiça do Mercosul estará na agenda do 7º Encontro das Supremas Cortes do bloco, a ser realizado em Buenos Aires, em junho. O estabelecimento do tribunal, com decisões vinculantes, é uma das reivindicações paraguaias apresentadas durante as negociações para o estabelecimento do critério de representatividade no Parlamento do Mercosul.

Não se espera, porém, que se tome, na próxima reunião de representantes do Judiciário, uma decisão a respeito do tema, que já foi debatido em encontros anteriores das supremas cortes.

Embora exista consenso entre as cortes sobre a importância de discutir a criação do tribunal regional, o êxito da iniciativa ainda depende de alguns passos preparatórios, segundo a assessora internacional da presidência do Supremo Tribunal Federal, Susan Kleebank.

Representante do presidente do Supremo, ministro Gilmar Mendes, na 17ª sessão plenária do Parlamento do Mercosul, Susan disse ontem, em Assunção, que inicialmente se deve tratar de colocar em pleno funcionamento o Tribunal Permanente de Revisão (TPR) do bloco, localizado na capital paraguaia.

Opiniões

Susan observou que ainda não foi garantida, por exemplo, a aplicação, em cada país do bloco, do regime de opiniões consultivas do TPR, que não tem caráter vinculante. Por outro lado, afirmou a assessora, o debate sobre a criação do Tribunal de Justiça do Mercosul deveria ser precedido de discussão sobre o estabelecimento de uma carta de direitos humanos do bloco.

– O alcance de um consenso entre os Estados partes sobre o conjunto de normas e princípios a serem seguidos para promover e defender os direitos fundamentais dos cidadãos deve ser a base de qualquer instituto na esfera do Judiciário de caráter mais amplo e completo que se queira criar – afirmou Susan.

Na opinião da assessora, a criação do Tribunal de Justiça do Mercosul deveria ser debatida não apenas pelos judiciários, mas nos três Poderes do bloco: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.



Mercadante (em pé entre Marisa Serrano e Tuma) comemorou acordo, que pode ser confirmado em plenário hoje em Assunção

Parlamento do Mercosul dimensiona suas bancadas

O PARLAMENTO DO Mercosul deverá encaminhar aos presidentes dos países que integram o bloco as propostas de estabelecimento do critério de representatividade para as futuras eleições de parlamentares e de criação do Tribunal de Justiça do Mercosul. As duas sugestões formam parte de um acordo político firmado pela Mesa Diretora ontem, em Assunção, e serão submetidas ao plenário na sessão de hoje.

Segundo o acordo, Paraguai e Uruguai manterão as bancadas atuais de 18 parlamentares cada um. A Argentina terá 43 representantes, e o Brasil, 75. Até o início da reunião da Mesa, a Representação Paraguaia insistia em estabelecer um teto de 60 representantes para o Brasil.

– O resultado da reunião foi muito bom – celebrou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Mercadante ressaltou, no entanto, que o estabelecimento do critério de representação popular e a criação do tribunal terão de passar por um amplo debate em todos os países do

bloco.

As duas propostas serão enviadas aos presidentes de cada país, aos partidos políticos com representação nos legislativos e aos presidentes das câmaras de deputados e dos senados dos Estados partes. Os presidentes das cortes supremas serão consultados a respeito da criação do Tribunal de Justiça do Mercosul.

A decisão final, como ressaltou o senador, caberá aos presidentes dos quatro países membros permanentes do Mercosul, que se reúnem no Paraguai, em 4 de junho. Durante a reunião de cúpula que marcará o encerramento da presidência *pro tempore* paraguaia do bloco, eles deverão debater as propostas de recomendação a ser enviadas pelo Parlamento do Mercosul, a partir do acordo político firmado pela Mesa.

A celebração do acordo, porém, não garante a realização, no Brasil, em 2010, de eleições para parlamentares do Mercosul. Isso porque as regras para realizar as eleições devem estar previstas em lei nacional sancionada até o final de setembro. Na prática, a Câmara e o Senado

terão de aprovar um projeto de regulamentação das eleições em pouco mais de três meses após a reunião de cúpula dos presidentes.

Ainda não há consenso a respeito do modelo ideal para as eleições. Elas poderão ser realizadas por estados, como ocorre atualmente nas eleições para o Congresso Nacional, ou mesmo por meio de uma lista nacional. Como se trata de um tema novo e complexo, Mercadante preferiu não assumir compromisso com os colegas dos demais países de que as eleições serão realmente realizadas em 2010.

O presidente da Representação Brasileira chegou a propor aos integrantes da Mesa a redução de todas as bancadas a ser eleitas. De acordo com a sua sugestão, Paraguai e Uruguai passariam a ter 12 parlamentares cada um, enquanto Argentina contaria com 30 representantes, e o Brasil, com 50. Mas a ideia não foi aceita pelo Paraguai. Os paraguaios argumentaram que não poderiam reduzir a sua bancada, uma vez que os parlamentares do país já haviam sido eleitos.

Imprensa paraguaia faz duras críticas ao Brasil

As severas críticas feitas nos últimos dias pela imprensa paraguaia ao Brasil foram rechaçadas pelo presidente da Representação Brasileira, Aloizio Mercadante, na sessão plenária do Parlamento do Mercosul, ontem, em Assunção.

– Não viemos aqui para dominar ninguém, mas para trabalhar em conjunto – afirmou Mercadante.

Além da questão do critério de representatividade proporcional à população no Parlamento do Mercosul, a imprensa

paraguaia critica a resistência do governo brasileiro a renegociar o Tratado de Itaipu.

“Há 36 anos que o Brasil rouba o Paraguai”, estampava a manchete do *ABC Color*, principal jornal do Paraguai, em sua edição de domingo.

Senadora da Colômbia será ouvida pela CRE

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) realiza amanhã audiência pública com a senadora colombiana Piedad Córdoba sobre a participação do Brasil em missão humanitária na Colômbia. O debate foi proposto pelos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Renato Casagrande (PSB-ES).

Piedad Córdoba, do Partido Liberal, lidera campanha mundial em favor de um acordo com os guerrilheiros da Colômbia.

A ideia do movimento, conforme Inácio Arruda, é buscar uma solução que exclua as alternativas armadas, representadas pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e pelos grupos paramilitares. Piedad Córdoba estará no Brasil entre 28 e 30 de abril para discutir os problemas políticos e sociais da Colômbia.

Em 3 de fevereiro, o Brasil enviou um helicóptero para resgatar um dos sequestrados pelas Farc. A missão foi acordada com o governo colombiano e com a guerrilha.

Congresso realiza 2ª Semana sobre a Antártica

Entre 5 e 8 de maio, o Congresso Nacional promoverá a 2ª Semana do Continente Antártico, com palestras de especialistas da Marinha, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Universidade de São Paulo (USP).

A semana é uma iniciativa conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado, da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro (ProAntar), presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Na inauguração do encontro, será realizada a palestra “O continente Antártico”, proferida por Geraldo Gondim Juaçaba Filho, capitão-de-mar-e-guerra da Marinha, Neusa Paes Leme, pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e Emanuele Kuhn, do Instituto Oceanográfico da USP. A abertura do evento será, às 18h30, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

Ainda no dia 5, serão lançados os livros *Antártica – bem comum da humanidade*, publicação do Ministério do Meio Ambiente, e *Contribuição da ciência brasileira ao IV Ano Polar Internacional*, editado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

No dia 6, os trabalhos ocorrerão no auditório Antonio Carlos Magalhães, na Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis), onde haverá palestra às 14h30.

No mesmo local, entre os dias 5 e 8, ocorrerá a exposição “Brasil na Antártica”.